

A REVOLTA DOS MALÊS (*)

(24 para 25 de janeiro de 1835)

ETIENNE IGNACE

(*) Esta monografia, que é uma página incógnita da História do Brasil, é devida às investigações do Padre Ignace, professor do Seminário Arquiepiscopal da Bahia. Foi publicada pela primeira vez em francês, na revista *Anthropos* (Viena d'Áustria), e vertida em português, com assentimento do autor, por A. S.

O autor aproveita a oportunidade para, em público, agradecer aos zelosos e inteligentes diretores do Arquivo Público, o Exmo. Sr. Dr. Casiano Lopes, e da Biblioteca Pública, o Exmo. Sr. Dr. José de Oliveira Campos, que lhe facilitaram os elementos indispensáveis, pondo à sua disposição os livros e os manuscritos concernentes ao assunto. Confessa, outrossim, que nem mesmo nas bibliotecas da Europa se poderia encontrar melhor acolhimento; o que prova, ainda uma vez, a tradicional hospitalidade baiana.

Os materiais utilizados nesta monografia baiana são:

1º) As fontes: a) as fontes escritas se acham no Arquivo Público da Bahia; tudo é manuscrito. Cf. em particular: "Ofícios", vol. 19. "Comandante das armas", vol. 12; "Justiça".

b) Os dados ora's nos foram fornecidos por várias testemunhas, assim oculares como auriculares, principalmente pelo ilustre Sr. Silva Lima, Monsenhor Fiusa e por outras pessoas fidedignas.

2º) A bibliografia da questão: a) Os jornais da época: Cf. *Gazeta da Bahia*, 29 de janeiro de 1835; *Gazeta do Comércio*, 4 de fevereiro de 1835.

b) *Resumo Cronológico e Noticioso da Bahia*, por J. A. A. (José Alves de Amaral) Bahia, 2ª edição, p. 20-21 (Este almanaque da Bahia foi organizado por Antônio Freire, e impresso na Litotipografia de João Gonçalves Tourinho, Arcos de S. Bárbara, n. 83).

A primeira edição data de 1881 e contém uma errata que não foi reproduzida na edição de 1885, que, entretanto, contém os erros apontados, e que não são poucos.

— *A Sabina* por Henrique Prager, Bahia, 1889, p. 27-30.

— "As Insurreições dos Africanos na Bahia" por José Carlos Ferreira, na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, 1903, número 29, p. 95 e sg.

c) Bibliografia complementar.

— Silva Lima — *A Bahia de Há 66 Anos*, Bahia, 1907.

— Augusto Victorino Alves Sacramento Blake — *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1893.

N. da R. — O trabalho de Etienne Ignace sobre a revolta dos malês, o primeiro publicado sobre o assunto, está reproduzido na íntegra, conforme apareceu na *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* — Ano XIV, N.º 33, 1907, inclusive com as notas originais; apenas foi atualizada a ortografia. A sua republicação justifica-se plenamente, face à importância do depoimento e a raridade deste documento.

Abdicada a coroa imperial por D. Pedro I, no dia 7 de abril de 1831, em favor de seu filho menor de cinco anos, sessenta senadores reunidos elegeram uma regência provisória. Durante a menoridade de D. Pedro II, isto é, até 23 de julho de 1840, a anarquia não cessou de envidar esforços, por tôda a parte, com o fim de derrubar o trono imperial brasileiro. Tres facções degladiavam-se então encarnadamente: os partidários de D. Pedro I, os “moderados”, que tinham o poder, e os federalistas ou republicanos.

O período decorrido de 1831 até 1837 não foi mais que uma série de revoltas e lutas fratricidas que perturbaram por longo tempo todo o País.

Por mais de uma vez (1), e sem proveito, os negros sublevados tentaram recuperar a liberdade, sacudindo o pesado jugo do cativoiro.

O estado das coisas e as desinteligências políticas lhes proporcionavam então ocasião azada, e, com suma perícia, dela souberam aproveitar-se.

No Maranhão, já o africano Cosme revoltara-se, à frente de 3.000 negros, na célebre “Balaiada”.

A insurreição, porém, que explodiu, na noite de 24 para 25 de janeiro de 1835, na “leal e valerosa cidade de S. Salvador, Bahia de Todos os Santos”, não apresentava tão sòmente um caráter político e social; não era um esforço para a conquista da liberdade; revestia, ao contrário, um caráter sobremaneira religioso: era, em uma palavra, uma guerra santa (2). É, pelo menos, o que ressalta dos documentos em árabe que a polícia apreendeu nas casas dos malês.

Estes papéis, até hoje considerados como verdadeiros enigmas, foram já examinados por negociantes maronitas que nada conse-

(1) Em 1694, em Pernambuco, os negros refugiados em Palmares formaram um grupo independente que resistiu longo tempo. Em Minas Gerais (1719) tinham resolvido exterminar todos os brancos, mas a conspiração foi descoberta e, repellidos refugiaram-se no sertão. Na Bahia, revoltaram-se contra a escravidão em 1828; foram, porém, desbaratados em Pirajá.

Na mesma cidade preparavam igual levantamento para o dia 30 de abril de 1830, e, ainda uma vez, foram derrotados desde as primeiras manifestações, a 10 de abril do mesmo ano.

Cf. *História Antiga das Minas Gerais* por Diogo de Vasconcelos p. 169-170.

(2) Alguns revoltosos eram forros; outros até abastados. Mais uma prova de que não se tratava de uma simples revolta de escravos. Cf. “Levantes de Pretos na Bahia”, por Eduardo A. de Caldas Brito. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, 1903, n. 29. p. 69, etc.

O Chefe de Polícia, Francisco G. Martins, em seu relatório de 29 de janeiro de 1835 dirigido ao Presidente da Província, notara já o móvel religioso da revolta:

“O certo é que a Religião tinha sua parte na sublevação, e os chefes faziam persuadir aos miseráveis que certos papéis os livrariam da morte”.

20	5	4	5
2	9	6	8
2	2	?	4
5	8	797	3
9	6	9	4
7	5	87	5
7	255	9	2
9	7	5	?

guiram, em razão da escritura complicada e berberesca. Alguns foram enviados aos mais célebres orientalistas e africanistas alemães, que até então não se dignaram de responder.

Foi-nos, felizmente, possível decifrar êstes documentos que nos patentearam o fim, o plano e os segredos da revolta.

I — ANTES DA REVOLTA

O fim primordial da conspiração dos malês era aclamar uma rainha, depois do extermínio total de tôda a gente branca (3).

Para consegui-lo, porém, havia mister ser ateadada a revolução por todos os engenhos circunvizinhos.

Conquanto o número dos revoltosos não excedesse de 1.500 (4), com o auxílio dos negros fetichistas, não tardariam em exterminar os “Impuros”.

Desde muito tempo tramavam, às ocultas, os ardis e os preparativos da insurreição. Os chefes visitavam com freqüência os correigionários, incitando-os à sublevação e amestrando-os no manejo da espada.

Dentre os inúmeros “cabeças de insurreição”, conhecem-se apenas os que compareceram diante dos tribunais: Pedro de Lima, cognominado “Aluma” (5), Belchior, Gaspar e Pacífico, por antonomásia, o “sultão”. Citam-se ainda outros tais, como Vitório, mais conhecido pelo nome malê de “Suli”, Agostinho (6), Carlos (7) e outros muitos.

Conseguiram, enfim, arrastar ao movimento sedicioso uma multidão de escravos boçais, sedentos de sangue e abrasados em cólera.

Êstes últimos eram ou cozinheiros, ou jardineiros, ou cortadores de capim.

Pretextando danças e festas, os conspiradores reuniam-se, a miúdo, em diversos lugares. Em novembro de 1834, celebraram-se

(3) “Assassinio geral em tôda a gente branca”. A “Justiça”, Arquivo Público — Os malês são “inimigos de brancos”, disse um negro perante os tribunais. id. C.1.

(4) Entre os papéis apreendidos há um pequeno quadro dividido em 32 partes, contando diferentes números. O autor dêste escrito enigmático deu aos números direções diversas, provavelmente para tornar a decifração mais complicada. Todo o segredo consiste em que, para evitar equívoco na leitura, deve-se voltar a fôlha, de maneira a ter sempre à direita uns três pontinhos convencionais. Parece ter sido uma estatística do número dos malês, pertencente a algum chefe. Uma conta comercial não se escreve desta maneira; um amuleto conteria, tão-somente, cifras sagradas.

Além disso, o total dêstes números perfaz 953; acrescentando-se uma média (duas vêzes) pelos dois quadros ilegíveis, obtém-se 1011.

Ora, já sabemos que o número dos malês era de 1.500 aproximadamente.

(5) Justiça. Arqu. Públ. B. 13.

(6) Justiça B. 13.

(7) Justiça B. 13.

freqüentes sessões no “casebre” de Abraão, na Vitória (8). Agostinho reunia os seus amigos em uma viela próxima à Igreja das Mercês; e todos os dias, de 6 a 8 horas da noite, a loja de Francisco de Lisboa transformava-se em sala de conselho.

Por sua vez, o nagô Cornélio conferenciava com seus adeptos em uma senzala (9) situada na Barra.

O número de adesões aumentava de dia em dia.

Os ilotas fugiam de tôdas as partes (10) do Recôncavo, mormente da Comarca de Santo Amaro, aportando furtivamente à Bahia, para se agregarem aos “quilombos”.

Já eram bastante numerosos os combatentes, mas careciam de petrechos bélicos que lhes assegurassem o bom êxito da revolução.

Com imensos sacrifícios conseguiram adquirir sabres, espadas, (11), facas, punhais, bacamartes e garruchas.

Enfim, para que nada faltasse que pudesse incitar ao valor, adotaram uma bandeira (12) que devia tremular ante a horda revoltosa e sanguinária.

Os trajos de guerra deviam ser, para maior estímulo, os mesmos das cerimônias religiosas, isto é, um saio branco (13) apanhado por uma faixa vermelha, uma camisa igualmente vermelha (14) e os barretes azuis circundados por turbantes brancos (15).

Convinha trajar, pelo menos, de branco (16), e não esquecer os búzios, os corais, as miçangas e os anéis brancos (17). Como também as armas espirituais poderiam ser de grande proveito, cada qual deveria trazer ao pescoço os seus “patuás”, para se tornar invulnerável.

Êstes “patuás” compõem-se de orações, como o “tesbih” da tarde: “Deus é clemente e misericordioso”; de passagens do Alcorão, etc. Um dêles contém os sete últimos “surates” (capítulos) do livro

(8) Justiça Arqu. Públ. B. 13.

(9) Senzala é um térmo nagô.

(10) Os diários desta época anunciavam a fuga de um escravo, dando os sinais fisionômicos. Em se aproximando o dia apazado para o levantamento, o número dos fugitivos tornou-se anormal. Cf. Silva Lima. *A Bahia de Há 66 Anos*, pg. 32.

(11) Os sabres eram “parnaibas” (térmo tupi), espécie de facalhão com que se retalha carne nos açougues da Bahia; a sua forma lembra o iatagã turco.

(12) Justiça. Arqu. Públ. B. 5, B. 7.

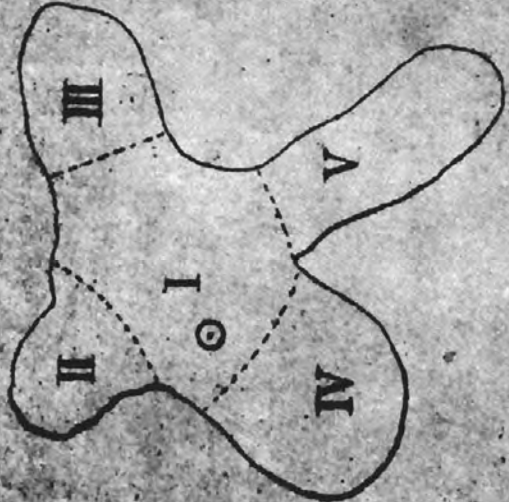
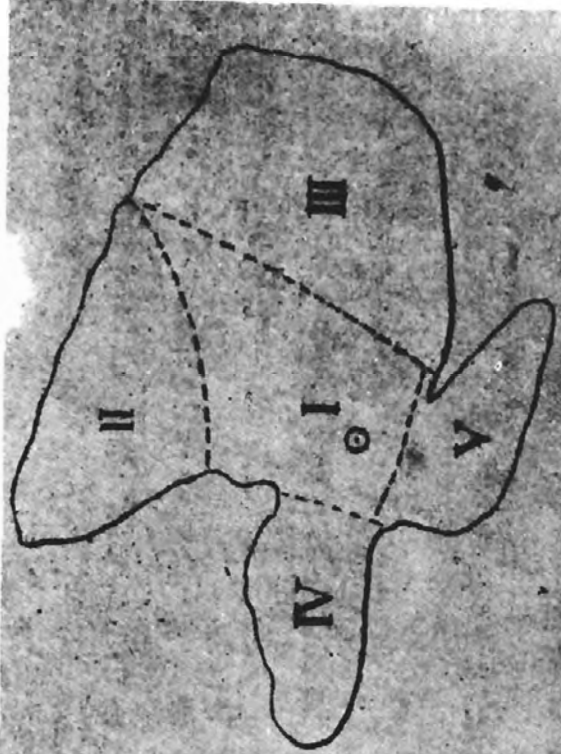
(13) “Em trajos de guerra em maneira sua”, dizia o Chefe de Polícia em seu relatório. “Camisolas de Malês”. Justiça. Cap. 1. — Os chefes uças guerreavam com os mesmos trajos.

(14) Justiça B. 8.

(15) Justiça A. 5.

(16) As calças brancas eram do sistema “alçapão”, peça que, segundo o uso antigo, cobria a abertura anterior das calças. O sistema francês de braguilha não tinha sido ainda introduzido.

(17) Justiça. Arqu. Públ., B. 7, C. 1, B. 4, C. 1.



- I Centro da Cidade
- II Victoria
- III Conceição da Praia
- IV Taboão e Pilar
- V Bomfim.

sagrado. Curioso, porém, é que o “surate” 108, versículo 3, diz assim: “O que te odeia, morrerá”, o que é sobremaneira consolador para os cristãos; o 109, versículo 6, deve ser recitado contra os infiéis: “Aborreço o vosso culto”; o 112 é todo contra os cristãos:

Diz: “Deus é uno
“É eterno
“Nunca gerou e nunca foi gerado.
“Ele é sem igual”.

Instruídos os soldados e adquiridas as armas, nada mais restava que combinar um plano e executá-lo. Foi escolhida para o levantamento a noite de 24 para 25 de janeiro, em que a população baiana acorria, como ainda hoje, ao legendário templo do Bonfim, para a popular festa de Nossa Senhora da Guia.

Desertos estavam os lares, e nas ruas era enorme a concorrência dos romeiros. A quase totalidade da população se achava no Bonfim, situado num arrabalde da cidade: tudo favorecia à premeditada carnificina. Ocorre, ainda, que os caixeiros, em razão da romaria, deixavam na porta a chave das casas, de modo que os escravos podiam sair e reunir-se, sem despertar suspeitas.

Dividiram a cidade em cinco partes, de maneira que, à noite, deviam se dividir em cinco grupos diferentes.

Há no Arquivo Público um desenho grotêsco que parece ter sido o plano de ataque traçado por um dos chefes.

- I Centro da Cidade
- II Vitória
- III Conceição da Praia
- IV Taboão e Pilar
- V Bonfim

Pelo que deduzimos da série dos acontecimentos, o grupo do centro, depois de atacado o Quartel de São Bento, devia reunir-se ao que estacionava na Vitória.

Assim reforçados, se apossariam os revoltosos do Forte de São Pedro e do Quartel da Mouraria.

Descendo, em seguida e rapidamente, ao Taboão e à Conceição da Praia, onde os esperavam outros grupos revolucionários, deviam atacar o Quartel da Cavalaria — único empecilho que lhes poderia interceptar a passagem para o Bonfim. Ali, libertados os escravos, trucidariam todos os brancos, para se reunirem depois em Cabrito, por detrás de Itapagipe (18).

(18) Carlos Ferreira cita dois papéis que foram traduzidos por um uçá diante do tribunal. Diz o primeiro que a gente havia de vir da Vitória... matando tóda a gente da terra de branco; que passaria por Água de Meninos até se ajuntarem todos no Cabrito de Itapagipe...

O plano, como é óbvio, tinha sido maquinado com muita astúcia e habilidade; falhou, porém, em virtude das medidas urgentes e enérgicas tomadas pelas autoridades locais.

Pouco faltou para que a iniquidade se consumasse e fôsse a Bahia prêsa do saque, da carnificina e do fogo.

Bastaria o descuido de algumas horas na denúncia da conspiração, e tudo estaria irremediavelmente perdido.

II. DURANTE A REVOLTA

Pela tarde do dia 24, já começara a espalhar-se um vago rumor de que os escravos pretendiam revoltar-se (19). Cêrca de 10 horas da noite, o Presidente da Província, Francisco de Souza Martins, recebeu uma denúncia grave (20). Imediatamente enviou um ofício ao Chefe de Polícia, Francisco Gonçalves Martins (21), ordenando-lhe fizesse guardar todos os distritos por patrulhas dobradas, e detivesse tôdas as pessoas suspeitas ou que trouxessem armas. Às 11 horas e um quarto, o Presidente dirigiu um outro ofício, sôbre igual assunto, aos juizes de paz dos vários distritos da cidade. O juiz de paz da Conceição da Praia, Inocência José Cardoso de Matos, apenas recebeu, tomou as medidas necessárias (22). O Prefeito de Polícia, por sua vez, depois de dadas algumas instruções, dirigiu-se à Ladeira da Praça, onde encontrou os dois juizes de paz dos distritos da Sé que, seguidos de soldados e paisanos armados até os dentes, andavam na pista de 60 africanos reunidos em uma casa daquela rua, junto ao Guadalupe.

O segundo, que é um bilhete de um insurgido a outro, diz que “deviam sair todos das 2 até às 4 horas... iriam se ajuntar ao Cabrito, detrás de Itapagipe, em um buraco grande que aí há, com a gente do engenho que fica atrás e junto... tendo muito cuidado de fugir dos corpos das guardas”... (*Revista do Inst. Geog. e Hist. da Bahia*, p. 106).

(19) A.2 Justiça.

(20) Francisco de Souza Martins era o presidente. Francisco de Sousa Paraíso sucedeu-lhe a 16 de maio de 1836, e teve por sucessor Francisco Gonçalves Martins (1848).

(21) O Presidente, em seu ofício dirigido ao Chefe de Polícia, dizia: “Neste instante me é dada a denúncia, de que esta manhã mui cedo deve haver uma insurreição de escravos, a qual parece apresentar alguns indícios de verdadeiros”. Arqu. Públ. “Ofícios”, vol. 19, pág. 384. Gonçalves Martins (10 de setembro de 1872) nasceu na Bahia, fêz o curso de preparatórios no Seminário de Sarnache, em Portugal; cursou na Universidade de Coimbra. Tendo seguido o partido de D. Maria II, foi obrigado a fugir para a Espanha, viajando de lá pela França e pela Inglaterra, donde voltou ao Brasil. Nomeado Chefe de Polícia, foi sucessivamente deputado, senador e enfim Presidente da Província da Bahia, de 1848 a 1852 e de 1868 até 1871.

(22) Em sua resposta de 25 de janeiro de 1835 ao Presidente, diz êle: “Imediatamente fiz todo o possível para que o distrito, de que sou juiz, fôsse policiado vigilantemente”.

Pelas 11 horas da noite, Gonçalves Martins reforçou-os com um troço de soldados; e, confiado na força que ocupava o centro da cidade, dirigiu-se ao Bonfim, tendo o cuidado de fazer guardar por um destacamento o Palácio do Presidente, o Largo do Teatro e o Colégio.

Tendo chegado ao Quartel de Cavalaria, encontrou-o pronto para o ataque; tomou então um piquête de soldados e dirigiu-se ao Bonfim, a tôda a pressa.

Os malês, por seu turno, principiaram de movimentar-se, fugindo da casa dos “senhores” (23), armados de espadas, sabres, facas e pistolas (24), e trajando longas camisas brancas e calças igualmente brancas, toucados todos com “filas” (barretes) azuis ou vermelhos.

Os centros principais da agitação eram a Vitória, a Baixa dos Sapateiros, a Ladeira do Carmo, o Pilar e o Taboão (25).

Além do agrupamento acima citado na Ladeira da Praça, reuniram-se também êles em casa de um rico brasileiro, na Conceição da Praia, e em diferentes pontos da Vitória. Os revoltosos cometeram uma grande falta, esperando pela manhã, mesmo depois de saberem que a conspiração tinha sido descoberta.

Traía-os, outrossim, o modo exótico de trajar, visto que os escravos, nessa época, saíam à rua sem blusa, com o peito a descoberto (26).

O troço de soldados que se postara à porta da casa na Ladeira da Praça, intimaram ao dono que fizesse sair os africanos. Por fim o alferes Lázaro Ferreira do Amaral, começou a forçar a porta num forte círculo de soldados. Apenas pôe êle o pé no limiar da porta, um tiro de bacamarte lança-o por terra. Passa-se então uma cena horrorosa: sessenta a oitenta malês lançam-se na rua com horríveis vociferações, matando e ferindo todos os que encontravam na passagem.

Os soldados surpresos e aturdidos por tão inesperado ataque, e nada distinguindo na escuridão da noite, (27) dispersaram-se (28).

(23) B. 7, B. 4, Justiça.

(24) B. 13. id.

(25) B. 13, B. 4, A. 4, B. 8, Justiça.

(26) O regulamento de polícia que prescreve a blusa é posterior. Segundo o Dr. Silva Lima (p. 17), os escravos tinham tão somente por vestimenta uma calça de canhamação ou uma simples tanga. “Andavam no trabalho, diz êle, seminus, vestindo apenas um calção curto de algodão grosso, ou de aniação, ou simplesmente uma tanga, e com a cútis reluzente de suor” (p. 17).

(27) Nesta noite havia luar, porém, um pouco tarde, pelas 2 horas. Além disso, sabe-se que nesta época as ruas eram mal iluminadas por mesquinhas lâmpadas de óleo de baleia que apagavam ao menor sôpro do vento.

(28) O soldado Francisco Joaquim de Castro foi assassinado.

Dividem-se então os revoltosos em dois grupos; o primeiro ataca o Palácio, cuja guarda se recolhe, e mata a sentinela. Dirigem-se depois, por Nossa Senhora da Ajuda, ao Largo do Teatro, onde são recebidos à bala e não obstante o intenso fogo, conseguem ferir cinco dos oitenta soldados que faziam a guarda.

A horda furiosa lança-se sobre o Quartel de Permanentes de de S. Bento; a guarnição recolhe-se imediatamente, e fecham-se todas as portas, como único meio de se opor à invasão. Passam em seguida ao Forte de São Pedro, onde matam o sargento Tito, e ficam ali diante do Quartel de Artilharia, a fim de se reunirem aos que estacionavam na Vitória.

Algumas pessoas que, nesta ocasião, vinham das Mercês apenas tiveram tempo de se abrigar no Forte.

Aconteceu, porém, que não tendo sido avisado sobre o adiamento da hora, o grupo da Vitória demorou em se reunir e preparar; pelo que foram obrigados a esperá-lo no Campo Grande que era ainda um profundo valado. Foi esta a segunda falta na execução do plano; pois que em tais circunstâncias, era demasiado precioso um só instante. As autoridades locais souberam aproveitar-se desse descuido, para melhor defenderem a cidade.

O Presidente da Província dava sempre novas ordens.

As 2 horas da madrugada, requisitou uma força de 30 homens, para guarnecer a Praça de Palácio; no que foi imediatamente obedecido pelo juiz de paz da Conceição da Praia, que a enviou sob o comando do Tenente José Francisco Gonçalves (29).

Por entre as ameias do Forte de São Pedro, os soldados seguiam as evoluções dos malês. Reconheceram até alguns escravos, mormente Jacinto, que, de espada em punho, chefiava um grupo de revoltosos. Nesta ocasião tornaram êles a investir contra o quartel, mas, debalde.

Conquanto perdessem um avultado número de combatentes (30), os malês conseguiram ferir muitos soldados, nomeadamente Joaquim Amorim Viana, furriel do 1.º Corpo, Marques de Oliveira, soldado do 3.º Corpo, e Angelo Custódio, do 8.º Corpo.

Apesar do seu grande valor e coragem, os revoltosos foram obrigados a fugir, depois de passarem audaciosamente à Rua Nova do Forte, sob verdadeiras avalanches de balas.

(29) "E recebendo, outrossim, a Portaria de V. Excia. datada de hoje pelas 2 horas da noite para que fizesse marchar uma força de 30 homens para a Praça do Palácio, em continente de cumprimento, fazendo seguir a dita força comandada pelo Tenente João F. Gonçalves".

Ofício dirigido por Inocência José Cardoso de Matos, juiz de paz da Conceição da Praia.

(30) Vgr. Pedro, nagô, escravo de Dundas.

Sem parar um só instante, o bando revolucionário assaltou o Quartel dos Permanentes, na Mouraria (31), defendido apenas por 12 homens, visto que o Chefe de Polícia requisitara toda a guarnição. Houve ali uma escaramuça em que os malês perderam dois homens, além dos feridos.

Fechada a porta do quartel, desceram à Barroquinha e, mais uma vez por Nossa Senhora da Ajuda, encaminharam-se para o Colégio. O estabelecimento era defendido por 22 praças e um sargento, sob as ordens de Francisco Inácio dos Santos Tourinho.

Um artilheiro, que por acaso passava pelo Terreiro, caiu logo morto.

Depois de terem praticado desordens no Colégio, lançando os bancos e outros móveis à rua, enveredaram pelo Taboão, passando por detrás da Cadeia do Terreiro; dirigiram-se em seguida ao Quartel de Cavalaria, trucidando todos os transeuntes.

Logo que o Chefe de Polícia, Francisco Gonçalves Martins, chegou ao Bonfim, uma patrulha de cavalaria a todo galope, veio trazer-lhe a infausta notícia de que a revolta acabava de arrebentar na cidade. Recebida esta notícia, Gonçalves Martins deixou um destacamento de dezoito homens, com ordem expressa de fazer entrar na igreja do Bonfim todos os brancos, ao menor sinal, e tornou ao Quartel de Cavalaria, para dirigir a defesa.

Eram 3 horas da madrugada.

Em chegando, encontrou tudo pronto para o ataque.

As sentinelas tinham já avisado da aproximação dos revoltosos, que acabavam de chegar aos Coqueiros; com efeito os bárbaros se aproximavam cada vez mais.

Alguns minutos depois, 60 a 100 africanos armados de espadas, lanças e pistolas defrontavam com a última barreira que se opunha ao bom êxito da revolta.

A luta foi então encarniçada e horrível.

Rechaçados à bala, lançaram-se os malês furiosos e aterradores sobre o quartel.

A infantaria fazia fogo pelas janelas e a cavalaria circulava por fora.

Logo no primeiro combate, o capitão Francisco Teles Carvalho, comandante da Cavalaria, foi ferido, sendo obrigado a retirar-se.

O Chefe de Polícia assumiu então o comando e os repeliu em Água de Meninos (32).

(31) Era Quartel da Polícia. Até 1907 havia lá um esquadrão de Cavalaria; em 1835, a polícia não tinha ainda esquadrão. Hoje este quartel está em ruínas.

(32) Havia neste lugar, ao norte da cidade, uma fonte de água doce e abundante que derivava paralela ao mar, e formava ali uma bacia remansada, onde as crianças costumavam banhar-se. Em 1594, Aguiar Daltro

A fôrça militar compreendia um esquadrão de Cavalaria e 500 infantes, além do batalhão de Artilharia que também acoitava os malês.

A despeito, porém, de sua inferioridade, os malês resistiram com heróico valor. Afinal, depois de uma hora de renhido combate, começaram a recuar diante da Cavalaria (33), que os impelia para o mar.

Embrenharam-se uns pelas matas e montanhas vizinhas; outros salvaram-se a nado; outros pereceram afogados; outros enfim foram mortos pelos marinheiros de um escaler da fragata *Bahiana*, que ali se achava postada por ordem do Presidente da Província.

O Chefe da Polícia, admirado de tanta coragem, rogou-lhes se rendessem. Nenhum, porém, anuiu à proposta; todos juraram morrer com as armas nas mãos.

Dentre os malês, 50 pereceram, e grande foi o número dos feridos e dos prisioneiros.

O combate que se travou em Água de Meninos durou até as 4 horas da madrugada.

Os romeiros do Bonfim ainda receavam sair pela manhã.

Cêrca de 7 horas, seis africanos fugiram da casa do rico brasileiro João Francisco de Rates, depois de incendiarem a habitação, e dirigiram-se à Água de Meninos; mas foram desbaratados em caminho.

Os grupos que deviam sair pela manhã, tendo sido informados do mau êxito da noite, desanimaram.

Os da Conceição da Praia não souberam da antecipação da revolta; o que é curioso, porquanto a vozeria infernal dos negros é proverbial no Brasil.

III. DEPOIS DA REVOLTA

Graças às denúncias que chegaram ainda a tempo, a revolta abortara mais uma vez.

No dia seguinte era horrorosa a carnificina: as ruas estavam juncadas de cadáveres (34).

Os feridos foram levados ao Hospital de Marinha e à Santa Casa de Misericórdia; os prisioneiros foram transportados ao Forte do Mar (35). Muitos dos fugitivos foram capturados nas matas circunjacentes.

obteve êste terreno do Governador Tomé de Sousa e estabeleceu um engenho de açúcar, utilizando as águas para mover as máquinas.

(33) B. 7 Justiça.

(34) Os negros tinham praticado muitos assassinios na população.

(35) Até o dia 7 de fevereiro tinham sido presos cêrca de 48 negros.

Desde então a polícia começou a pesquisar todos os casebres suspeitos, pois que muitos malês tinham tido a incompreensível simplicidade de tornar à casa dos "Senhores", logo pela manhã (36). Ao vê-los entrar cobertos de pó e manchados de sangue e lama, não se descuidaram os "Senhores" de lhes mandar aplicar algumas chicotadas (37).

Os mais astutos reuniram-se imediatamente, para deliberarem acêrca do nôvo modo de proceder.

A polícia não cessava de receber novas denúncias; pelo que teve de fazer inúmeras prisões dentro de poucos dias. Detinham-se todos os que tinham no fato manchas de pó e salpicos de sangue ou de lama (38); recolhiam-se tôdas as armas encontradas e prendiam-se, sem outra forma de processo; todos conservavam papéis em árabe, trajos dos malês, "tábuas de orações", etc.

Por esta ocasião encontraram-se as insígnias dos chefes, saiotos enfeitados de plumas e guizos. Encontrou-se também numa casa uma coroa (39).

Temendo a volta da insurreição, as autoridades continuavam a tomar medidas preventivas (40). Francisco José Gomes, juiz de paz do 1.º distrito do Pilar, oficiou ao juiz de paz da Conceição da Praia, pedindo provisão de cartuchos.

As apreensões, porém, não obstavam o regozijo popular; todos davam os parabéns, vendo-se livres de tão iminente perigo.

Inocêncio José Cardoso de Matos, juiz de paz, publicou, no dia 25 de janeiro, uma ordem que enaltecia o heroísmo com que se houveram os soldados do seu distrito, no encarniçado da luta, com especialidade o Capitão Felipe Duarte Viana.

A vitória alcançada sôbre os malês exaltou de tal sorte os soldados, que chegaram a matar negros inocentes nas ruas, sendo até necessário reprimir o furor dos indisciplinados (41).

O único meio de abafar inteira e completamente a revolta era castigar os cúmplices.

No dia 26 de janeiro, o juiz de paz do 1.º distrito do Curato da Sé recebeu ordens de apressar os processos (42). Outros officios

(36) Assim, B. 7, B. 2 (Cornélio, nagô, escravo de Firmino Caldeira).

(37) B. 7. Justiça.

(38) Nesta época as ruas da Bahia eram calçadas de um modo curioso; dois declives ou planos inclinados terminavam-se com uma poça no meio, onde certamente, na escuridão, teriam resvalado muitos negros que corriam à-toa.

(39) Justiça. Arquivo Público. A. 4, B. 2, B. 13. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia* — Carlos Ferreira — p. 105.

(40) "Ofícios", vol. p. 3, etc.

(41) Arquivo Público, "Comandante das Armas", vol. 12, p. 149.

(42) Arquivo Público, "Of." vol. 19, p. 384-385. O Presidente enviou o juiz de paz do 1º distrito à fortaleza de S. Marcelo — "Of." p. 386.

sôbre o mesmo assunto foram enviados a todos os juizes de paz da Cidade dos arrebaldes (43).

A policia, no entanto, procedia com atividade à captura dos culpados. A 26 de janeiro de 1835, efetuaram-se muitas prisões; dentre estas é para notar a de André, de 15 anos, escravo do inglês Sharp. No Tabuão, a 24 de março, capturaram-se muitos malfeitores, como Adão (B.4, Justiça, Arquivo Público), e Joaquim, nagô escravo de Antônio de Araújo (B.8).

De tôda a parte afluíam denúncias, feitas assim pelo mêdo, como pelo desejo de vingança.

A boçalidade e estupidez dos negros foi-lhes fatal por várias vêzes; uma negra, por nome Benta, chegou a denunciar o próprio amásio; outra na própria noite do levantamento teve a grosseira ingenuidade de pedir aos "senhores" permissão para sair, porque deviam aclamá-la rainha!

Como acima dissemos, nem aos inocentes poupou a fúria da soldadesca encolerizada. Haja vista o seguinte fato bastante jocoso, porém, pouco agradável: Josefa, escrava de Maria Joaquina e Lopes, vendia legumes pelas ruas; passando um dia pelo Aljube, foi chamada pelos prisioneiros a quem, por certo, as verduras deviam então saber agradavelmente; o sentinela não se fêz rogar muito para deixá-la entrar, porém, o que foi pior, vedou-lhe a saída (C.1, Justiça, Arquivo Público).

A propósito de Aljube (44), releva notar que os prisioneiros foram distribuídos pelas principais cadeias da cidade: o Forte de São Marcelo, o Aljube, a Fortaleza do Barbalho, o Forte de Santo Antônio e a Cadeia do Terreiro.

A princípio os processos fizeram-se com muita atividade, mas, depois os juizes, já fatigados talvez dos longos interrogatórios, foram negligenciando, com geral descontentamento dos "senhores", que careciam já de braços para o trabalho.

Todos reclamavam com impaciência, o que não obistou a que certos processos se prolongassem até 1844 (C.1).

(43) No dia 30 de novembro de 1880, a segunda vara civil foi supressa e os distritos assim organizados: 1º distrito: Freguesia da Sé, Rua do Passo e Conceição da Praia; 2º distrito: S. Pedro e Vitória; 3º distrito: Santo Antônio, Sant'Ana e Brotas; 4º distrito: Mares, Penha e Pilar. 5º distrito: Pirajá, Paripe, Passé, Cotegipe, Maré e Matoim. — Em 1835, havia um 1º distrito da Sé (A. 5, B. 1 Justiça), um 1.º da Vitória (B. 10, B. 9, 13, Justiça), e um 1.º de Brotas.

Paripe era um distrito separado.

(44) Outrora o Aljube era a prisão dos Padres, mas desde o dia 18 de novembro de 1833 tinha sido arrendado ao govêrno da Província, sendo pouco depois restituído à mitra metropolitana. Deriva do árabe "Al djubb", a prisão.

Até esta data eram ainda examinadas as causas de muitas pessoas suspeitas (45).

Fizeram-se muitos interrogatórios e pesquisas, mas não foi possível desvendar o segredo; e, quanto mais os juizes se mostravam solícitos em conhecer o sentido genuíno dos documentos, tanto mais se obstinaram os africanos em seu silêncio, recusando até confessar que, de fato, tais papéis lhes tivessem pertencido.

Uns traduziam como se fôsem fatos históricos ou lendas (46); outros afirmavam não saberem ler.

Uma mulher de nome Maria Antônia disse ser a escrita ininteligível, pelo que retorquiu-lhe o juiz: “Deve, pois, conhecer e saber ler” (47).

Muitos juizes nem sequer conseguiram saber a língua em que tinham sido rabiscados os tais documentos enigmáticos: alguns não hesitaram em asseverar ser o hebreu (48)!

Quase todos os revolucionários foram condenados, quer porque conservassem papéis comprometedores, quer em nome do Art. 413 do Código Penal que já considerava conspiração a revolta de 20 pessoas.

O Arquivo Público da Bahia possui os processos de 234 revoltosos, sendo 165 nagôs, 3 grumas, 6 gêges, 21 hauças ou uçás, 5 bornos, 6 tapas, 3 cabindas, 4 congueses, 1 camarão, 1 barba, 3 minas, 2 calabares, 1 jabu, 1 mondubi, 1 benim, uma parda (mulata), uma cabra; 14 mulheres ao todo.

No Arquivo Público há poucas particularidades sobre a sorte dos infelizes condenados. Sabe-se, todavia, que muitos foram punidos com pena de morte; outros condenados aos açoites (200, 500 até 1.000 chicotadas); outros foram transportados para as galeras e para as prisões; outros, enfim, deportados para a África.

Alguns sucumbiram à morte no Hospital da Marinha.

Os condenados à pena capital deviam ser enforcados no Campo da Pólvora, mas o madeiramento da fôrca estava completamente podre. Tendo sido construída uma nova fôrca, não se achou nas prisões uma só pessoa que quisesse servir de carrasco, nem mesmo mediante pagamento. Então, o Vice-Presidente, Manoel Antônio Galvão, ordenou que fôsem fuzilados pelos soldados do corpo dos Permanentes (49).

(45) Tito, nagô, foi julgado a 10 de abril de 1835; Necls esperou até 5 de novembro de 1836 (B. 13).

(46) B. 2, B. 4, B. 13.

(47) B. 2, B. 4, B. 13.

(48) C. 1 “Papéis escritos em caráter que parece hebraico”. “Em caracteres africanos”. — C. I “Em uma escrituração desconhecida” — B. 4 “Letras arábicas” — B. 8, cf. A. 5 “Caracteres arábicos”. — A. 3 “Em língua estranha” B. 13, etc.

(49) *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*, 1903, número 29, p. 115-119.

CONCLUSÃO

A revolta teve, como acabamos de ver, um caráter de extrema gravidade, assim pelas perturbações públicas que motivou, como pelo seu móbil religioso.

O plano fôra maquinado com suma perícia.

O valor e a tenacidade com que os malês se houveram na luta, provam exuberantemente que, mais disciplinados, mais bem armados e dirigidos por chefes mais hábeis, teriam conseguido estabelecer na Bahia um govêrno muçulmano.

Graças aos meios de defesa tomados, a tempo, não conseguiram os malês a consumação do seu diabólico plano de carniçaria.

O País, e mormente o govêrno, refletiram no perigo corrido; e, para evitar semelhantes agravos à paz pública, tomaram-se medidas de segurança.

No dia 11 de maio de 1835, a Assembléia Legislativa decretou a supressão da Guarda Municipal Permanente e estabeleceu a Polícia em cada distrito.

Sancionou, além disso, a deportação de todos os africanos suspeitos do menor movimento sedicioso; e finalmente, no dia 28 de agôsto do mesmo ano, o Presidente publicou o “plano de segurança pública em qualquer ocasião de incêndio, tumulto ou insurreição de escravos”.

Bahia, 1907.

ETIENNE IGNACE

THE MALÊ REBELLION

This paper is of great significance in the bibliography of the so called “Malê” Rebellion, because it has been the first study on the subject, having originally been published on the “Anthropos”, Journal of Vienna, and, afterwards, in a Brazilian translation, on the Journal of the Instituto Historico e Geografico of Salvador, Bahia, Brazil.

The author's thesis is that the rebel movement of 1835 had not only political and social characteristics, but religious implications as well. In the minute description of the events Etienne Ignace supplies a documented report on the skill with which the “Malês”, slaves professing the Moslem religion, planned the rebellion as well as their bravery in the fightings. Those bloody strifes resulted in the execution of the chief leaders after the suffocation of the movement. “The bravery and tenacity with which the “Malês” fought — Etienne Ignace writes — lavishly proves that if better disciplined, better armed and directed by more skillful leaders, they would have established a Moslem government in Bahia”.

LA RÉVOLTE DES “MALÉS”

Le travail publié ici est important pour la bibliographie sur la “révolte des Malês” car il est le premier à être écrit. Il a paru, originairement dans

la Revue "Anthropos" de Vienne et fut ensuite traduit en portugais et publié dans la Revue de l'Institut de Géographie et d'Histoire de Bahia.

L'auteur défend la thèse que le mouvement rebelle de 1835 ne possède pas seulement un caractère politique et social, mais révèle également des implications religieuses. Etienne Ignace, dans la minutieuse description faite par lui, donne une idée de l'habileté avec laquelle les "malés", esclaves musulmans, ont planifié la révolte. Il témoigne aussi de leur courage de combattants. Les luttes sanglantes ont fini après l'écrasement de la révolte, par l'exécution des principaux chefs.